

**BALANÇO PATRIMONIAL**
Em milhares de reais

	2015	2014		2015	2014
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	3.567	2.216	Fornecedores (Nota 15)	5.658	2.063
Contas a receber de clientes (Nota 7)	4.558	4.880	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	19.525	12.380
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 8)	1.169	1.667	Obrigações trabalhistas	482	299
Cessão de crédito (Nota 9)	2.121	1.396	Tributos a recolher (Nota 17)	879	429
Tributos a recuperar (Nota 10)	1.854	1.260	Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 8)	33	34
Outros ativos (Nota 11)	4.117	780	Demais contas e despesas a pagar	38	1
	<u>17.386</u>	<u>12.199</u>		<u>26.615</u>	<u>15.206</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências (Nota 18)	68	66
Contas a receber de clientes (Nota 7)	7.971	3.995	Total do passivo	26.683	15.272
Tributos a recuperar (Nota 10)	13	102	Patrimônio líquido (Nota 19)		
Outros ativos	234	331	Capital social	29.343	29.343
	<u>8.218</u>	<u>4.428</u>	Prejuízos Acumulados		
Investimentos	1	1	Total do patrimônio líquido	21.002	22.412
Intangível (Nota 13)	76	66	Total do passivo e patrimônio líquido	47.685	37.684
Imobilizado (Nota 14)	22.004	20.990			
	<u>30.298</u>	<u>25.485</u>			
Total do ativo	<u>47.685</u>	<u>37.684</u>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Companhia integra o Grupo espanhol Gas Natural Fenosa cuja sede é em Barcelona - Espanha e localiza-se na cidade do Rio de Janeiro. É uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de novembro de 2000 e tem como principais atividades a prestação de serviços de compressão de gás natural veicular em postos de combustíveis operados por terceiros sob rede de distribuição de gás, compressão de gás natural em bases próprias para retirada de empresas terceiras e entrega de gás natural em indústrias e em postos de combustíveis distantes da rede de distribuição de gás, climatização de ambientes, geração e cogeração de energia e comercialização de produtos e serviços a clientes residenciais e comerciais do Grupo no país. Em linha com seus objetivos estratégicos de expansão, aliado a oportunidades de mercado decorrentes da atual situação energética do país, a Companhia vem ampliando nos últimos anos seus negócios no segmento de geração elétrica, cogeração e iluminações LED. Como previsto no seu plano de negócios, a Companhia aplicou, no início de suas atividades, uma quantia significativa de recursos em gastos de organização e desenvolvimento dos projetos de implantação de compressão de gás natural veicular. Desde então, veio apresentando lucros e geração positiva de caixa, passando a apresentar prejuízo a partir do ano de 2009, em função do retrocesso do mercado de gás natural veicular. No decorrer do ano de 2009, principalmente nos três primeiros trimestres, o principal negócio da Companhia, a compressão de gás natural veicular para postos de combustíveis, foi afetado de forma negativa frente à maior oferta de álcool combustível a preços menores e o incentivo pelo governo ao incremento da frota brasileira com motores bi-combustível. Contudo, a administração da Companhia, em parceria com as distribuidoras de gás do Grupo, ao longo dos anos seguintes, realizou campanhas publicitárias aonde aonde reforçou junto a seus clientes, a eficiência e economia do GNV. O retorno dessas campanhas tem se mostrado satisfatório quanto à manutenção dos clientes desse segmento, contudo, a margem associada a esse negócio, por questões mercadológicas, vem apresentando queda gradual, fato que acentuou o desenvolvimento de novas linhas de produtos e serviços. Desde então, a Companhia desenvolveu e passou a comercializar produtos e serviços a clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, com soluções para o dia-a-dia, sejam eles residenciais, comerciais de pequeno, médio e grande porte e indústrias. A proposta abrange serviços afins ao gás natural que gerem maior segurança na utilização das instalações e equipamentos a gás e que incrementem o consumo, até a atuação em outros segmentos que entreguem além de segurança, conforto, praticidade, inovação e eficiência energética, que são conceitos intrínsecos à proposta de criação de valor para os clientes. Com o desenvolvimento de sua estrutura técnico-comercial, intensificando sua frente de ação comercial e controles de manutenções que promoverão menor custo operacional, para as linhas de negócios existentes e, as projeções indicam que, mantido o nível de recuperação do último triênio, acrescido das melhores práticas, as operações terão resultados satisfatórios a partir de 2017, mesmo com as perspectivas econômicas vividas no país. O capital circulante líquido da Companhia apresenta saldo negativo devido, principalmente, a captação de empréstimos necessários para alavancar suas atividades. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de julho de 2016. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor (Nota 6). **2.3. Ativos financeiros:** **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e são mensurados e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetivos, quando aplicável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira no período em que ocorrem. **2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.4. Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso); (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.4. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela

venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos¹, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*"), considerando os critérios estabelecidos na Nota 2.3.4. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.5. Ativos intangíveis (Softwares):** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **2.6. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada demonstrado na Nota 13. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.7). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no grupamento "Despesas operacionais" na demonstração do resultado. **2.7. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para identificar a eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. (Nota 1). **2.8. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.9. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.11. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **2.12. Reservas de lucros:** A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital. **2.13. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber da prestação de serviços ou por aluguel de equipamentos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **(a) Venda de serviços:** A receita pela prestação de serviços é reconhecida quando da conclusão dos serviços prestados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços são mensurados confiavelmente. **(b) Aluguel de equipamentos:** A receita pelo aluguel de equipamentos é reconhecida tendo como base os contratos vigentes até a data-base do balanço, sendo reconhecida concomitantemente ao período em que o equipamento está arrendado. **(c) Cessão de crédito:** Consiste na venda dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, a empresas do grupo. O reconhecimento desta receita é feito no momento da transferência dos créditos. **(d) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores,

1. Ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação do Grupo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quanto indicado de outra forma

	2015	2014
Receita líquida (Nota 20)	26.200	20.158
Custo dos serviços prestados (Nota 21)	(14.455)	(9.584)
Lucro bruto	11.745	10.574
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 22)	(11.678)	(9.937)
Lucro operacional	65	637
Receitas financeiras	830	385
Despesas financeiras	(2.306)	(2.326)
Resultado financeiro líquido (Nota 23)	(1.476)	(1.940)
Prejuízo do exercício	(1.410)	(1.303)
Quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício	6.100	6.100
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$)	(0,2311)	(0,2137)
Além do prejuízo do exercício, não existiram outros resultados abrangentes. Dessa forma, a companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES
NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Capital Social	Lucros Prejs. acumul.	Total
Em 31 de dezembro de 2013	18.343	(5.627)	12.716
Prejuízo do exercício	-	(1.303)	(1.303)
Aumento de capital	11.000	-	11.000
Em 31 de dezembro de 2014	29.343	(6.930)	22.412
Prejuízo do exercício	-	(1.410)	(1.410)
Em 31 de dezembro de 2015	29.343	(8.340)	21.002

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.410)	(1.303)
Ajustes		
Depreciação e amortização	5.518	5.715
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e contingências	2.145	2.262
	7.663	7.977
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(3.655)	(490)
Tributos a recuperar	(503)	(340)
Cessão de crédito	(725)	(325)
Outros ativos	(3.204)	(784)
Fornecedores	3.595	261
Obrigações trabalhistas	185	27
Tributos a recolher	450	(23)
Partes relacionadas	497	187
	(3.360)	(1.487)
	2.895	5.186
Caixa proveniente das operações	(1.692)	(1.409)
Juros pagos		
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	1.203	3.777
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(6.660)	(4.033)
Baixa de imobilizado	116	35
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.544)	(4.068)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	-	(10.500)
Ingresso de empréstimos	6.692	-
Integralização de capital	-	11.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	6.692	500
Redução de caixa e equivalente de caixa	1.351	208.925
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	2.216	2.007
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	3.567	2.216

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(a) Imposto de renda e contribuição social e outros impostos a seguir:** Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 761 (R\$ 430 em 31 de dezembro de 2014). **(c) Vida útil do ativo imobilizado:** A vida útil dos ativos classificados no ativo imobilizado reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos. **(d) Provisão para contingência:** A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias. **4. Gestão de risco financeiro:** **4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2015, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A Companhia não possui operações de investimentos financeiros derivativos e nem operações atreladas a variação cambial em aberto em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. **(ii) Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2015, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$32 (2014 - R\$20), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação a aqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha. Com relação as contas a receber, os ativos vencidos e não *impaired* referem-se a clientes sem histórico de perda. **(c) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos

e pagamentos previstos. A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na Nota 7 são divulgados os ativos de que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	
Em 31 de dezembro de 2015		
Empréstimos e financiamentos	19.525	
Fornecedores	5.658	
Em 31 de dezembro de 2014		
Empréstimos e financiamentos	12.380	
Fornecedores	2.063	

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim resumidos:

	2015	2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	19.525	12.380
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(3.567)	(2.216)
Dívida líquida	15.958	10.164
Total do patrimônio líquido	21.002	22.412
Total do capital	36.960	32.576
Índice de alavancagem financeira - %	43	31

4.3. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. **5. Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por empréstimos, fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias. Os instrumentos financeiros são integralmente classificados como empréstimos e recebíveis no ativo no valor de R\$ 16.096 (2014 - R\$ 11.091) e como outros passivos financeiros no valor de R\$25.221 (2014 - R\$ 14.444).

	Empréstimos e recebíveis	
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes	12.529	
Caixa e equivalentes de caixa	3.567	
	16.096	

	Outros passivos financeiros	
31 de dezembro de 2015		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	19.525	
Fornecedores	5.658	
Demais contas a pagar	38	
	25.221	

	Empréstimos e recebíveis	
31 de dezembro de 2014		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes	8.875	
Caixa e equivalentes de caixa	2.216	
	11.091	

	Outros passivos financeiros	
31 de dezembro de 2014		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	12.380	
Fornecedores	2.063	
Demais contas a pagar	1	
	14.444	

	2015	2014
6. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.567	2.216
	3.567	2.216

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil do caixa e equivalente de caixa.

	2015	2014
7. Contas a receber de clientes		
Contas a receber por aluguel e venda de equipamentos e serviços	16.249	12.180
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (<i>impairment</i>)	(3.718)	(3.305)
	12.531	8.875
Circulante	(4.558)	(4.880)
Não circulante - Realizável a longo prazo	7.971	3.995

A variação do contas a receber é devida, principalmente, ao aumento na carteira de clientes, onde destacamos a atividade de eficiência energética. Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa seu valor de realização. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2015	2014
A vencer	11.770	8.445
Vencidas		
Até três meses	565	248
De três a seis meses	196	182
Acima de seis meses	3.718	3.305
	16.249	12.180

Os créditos superiores a R\$ 5 vencidos há mais de seis meses são objeto de provisão para devedores duvidosos. Os valores inferiores a R\$ 5 são baixados do contas a receber após o prazo de 180 dias, em 2015 a referida despesa somou R\$ 45. A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa, segue demonstrada abaixo:

	2015	2014
Em 1º de janeiro	(3.305)	(3.443)
(Reversão (Provisão) para <i>impairment</i> de contas a receber	(413)	138
Em 31 de dezembro	(3.718)	(3.305)

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia. **8. Transações com partes relacionadas**

	2015			
	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Custos e despesas
Companhia Distribuidora de Gás - CEG	242	33	-	96
Gás Natural México	494	-	871	-
Gás Natural Colômbia	76	-	693	-
Gás Natural Peru	220	-	209	-
Comercializadora Metrogas	137	-	197	-
Em 31 de dezembro de 2015	1.169	33	1.970	96

Remuneração do pessoal-chave da administração: A Companhia, em 2015 e 2014 não efetuou pagamento aos administradores em virtude de estes serem pagos por outras empresas do Grupo. **9. Cessão de crédito sem cobrança:** Em linha com a estratégia de expansão e consolidação de novos negócios, a empresa percebeu a oportunidade de desenvolver e comercializar produtos e serviços a clientes do Grupo Gas Natural Fenosa ("GNF") com o objetivo de gerar valor agregado ao gás natural através de soluções para o dia-a-dia dos clientes. Buscando gerar comodidade para os clientes do Grupo GNF, foi estabelecido um acordo com a CEG em março de 2010, onde se estabelece que a cobrança dos produtos e serviços vendidos aos clientes são cobrados através da conta de consumo de gás, gerando desta forma, valor agregado aos clientes. O desenho operacional consiste em, após formalizada a venda pela Companhia ao cliente, ceder a totalidade desses recebíveis à CEG, para que a mesma se encarregue de cobrá-los nas contas de consumo de gás. A referida cessão de crédito é realizada mediante um desconto financeiro de cerca de 10%, com objetivo de remunerar a CEG pelo serviço de emissão do faturamento (Nota 19).

	2015	2014
10. Tributos a recuperar		
Imposto de renda (a)	236	109
Contribuição social (a)	152	71
ICMS a recuperar (b)	13	102
INSS a recuperar (c)	641	437
Imposto de renda retido na fonte (d)	806	625
COFINS a recuperar	16	16
PIS a recuperar	3	3
	1.867	1.363
	(1.854)	(1.261)
Circulante	13	102
Não circulante	-	-

(a) Referem-se a antecipações mensais de imposto de renda e a contribuição social. (b) Refere-se, principalmente, a ICMS a recuperar incidente sobre compras de ativo fixo. (c) Refere-se a encargo retido sobre serviços contratados. (d) A variação ocorrida no grupo de tributos a recuperar refere-se principalmente a retenção de imposto de renda retido nas notas de prestação de serviços de consultoria para implementação de processo de planejamento, gerenciamento de redes e cartográficos.

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Hardware	Benfeitorias	Total
14. Imobilizado							
Saldos em 1º de janeiro de 2014	-	21.956	22	241	127	292	22.637
Aquisição	-	3.033	6	144	43	807	4.033
Baixas líquidas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(5.350)	(5)	(65)	(33)	(227)	(5.680)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	19.639	23	320	136	871	20.990
Custo total	494	74.308	152	970	404	2.484	78.813
Depreciação acumulada	(494)	(54.670)	(129)	(650)	(268)	(1.613)	(57.823)
Valor residual	-	19.639	23	320	136	871	20.990
Saldos em 1º de janeiro de 2015	-	19.639	23	320	136	871	20.990
Aquisição	-	5.572	-	26	-	1.062	6.660
Baixas líquidas	-	(163)	-	-	-	-	(163)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(4.772)	(4)	(96)	(41)	(570)	(5.483)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	20.276	19	250	95	1.363	22.003
Custo total	494	79.718	152	996	404	3.546	85.309
Depreciação acumulada	(494)	(59.441)	(133)	(746)	(309)	(2.183)	(63.306)
Valor residual	-	20.276	19	250	95	1.363	22.003
Taxas anuais de depreciação (%)	25	10	10	20	20	20	

As máquinas e equipamentos referem-se, basicamente, aos ativos para geração de energia e estações de compressão de gás. De acordo com laudo emitido pelos fornecedores dos referidos equipamentos, a sua vida útil se aproxima a 10 anos.

	2015	2014
15. Fornecedores		
De materiais	1.024	461
De serviços	4.634	1.602
	5.658	2.063

A variação ocorrida entre os anos de 2014 e 2015 está relacionada a realização de projeto de geração de energia e climatização para novos clientes. **16. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de climatização, cogeração de energia elétrica e compressão de GNV - Gás Natural Veicular. A Companhia terminou o ano de 2015 com encargos médios da variação do CDI - Certificado de Depósitos Interbancário acrescida de 4,0% do CDI ao ano (3,1% do CDI ao ano em 2014). Foram oferecidas notas promissórias como garantia. Para o cumprimento deste compromisso, caso necessário, os acionistas e/ou as Empresas do grupo no Brasil aportarão recursos para o pagamento desses empréstimos. O valor justo do empréstimo atual é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data. Os empréstimos vencem em novembro de 2016 (BBM) e em junho de 2016 (Santander) e não tem garantias oferecidas e cláusulas de *covenants*. A composição dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

	2015	2014
Em moeda nacional		
BBM	5.059	-
Santander S.A.	14.466	12.380
	19.525	12.380
17. Tributos a recolher		
Imposto de renda retido na fonte	6	35
COFINS	384	194
PIS	83	42
ISS	226	51
ICMS (a)	58	4
Impostos retidos de terceiros (b)	93	58
IRRF sobre folha de pagamento	29	45
	879	429

(a) O aumento relevante do saldo comparado com o período anterior é derivado de diferencial de alíquota relacionado a aquisição de imobilizado junto a fornecedores do Estado de São Paulo. (b) A variação encontrada refere-se a menor retenção de impostos, pela redução na contratação de fornecedores de serviços no ano anterior. **18. Provisão para contingências:** A administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a sociedade e constitui provisão, sempre que julgado necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos com relação à expectativa de êxito de cada processo. A provisão constituída no montante de R\$ 68 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2014) refere-se, basicamente, a processos cíveis relativos a reclamações de clientes. Em 2010, a Companhia recebeu um auto de infração no montante de R\$ 123.117 pela ausência de recolhimento de COFINS. Este contas a receber foi baixado uma vez que a Companhia logrou êxito em ação judicial no mês de maio de 2015 e foi ressarcida dos valores pagos em duplicidade. Não existem causas classificadas como "perda possível" contra a Companhia. **19. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 29.343 em 2015 (R\$ 29.343 em 31 de dezembro de 2014). Em 2015 está representado por 492.767.522 ações ordinárias sem valor nominal, como segue:

	Quantidade de ações
Gas Natural Distribuicao Latinoamerica S.A.	492.667.522
Gas Natural do Brasil S.A.	100.000
	492.767.522

O capital social do acionista não residente, Gas Natural Distribuicao Latinoamerica SDG S.A., está devidamente registrado no Banco Central do Brasil - BACEN. (b) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** De acordo com o estatuto social, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Nos anos de 2015 e 2014 em virtude do prejuízo apurado no exercício não foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio.

11. Outros Ativos: Referem-se a adiantamentos a fornecedores para instalação de equipamentos de climatização, geradores e retrofit. **12. Ativos fiscais diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos foram reconhecidos na extensão em que fosse provável que o lucro futuro tributável estivesse disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Em conformidade com a legislação societária, a qual estabelece que o valor contábil do ativo fiscal diferido deve ser revisado ao final de cada período do relatório, a administração da Companhia realizou uma avaliação da recuperabilidade de tais ativos e, como consequência, realizou em 31 de dezembro de 2012 a baixa dos ativos diferidos, no valor de R\$ 848, tendo em vista não ser mais provável que o lucro tributário suficiente estará disponível para permitir que o benefício do ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

	Programas de Computadores (Software)	
13. Intangível		
Saldos em 1º de janeiro de 2014		
Amortização	101	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	66	66
Custo total	228	
Amortização acumulada	(162)	
Valor residual	66	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	66	66
Aquisição	47	
Amortização	(37)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	76	76
Custo total	275	
Amortização acumulada	(199)	
Valor residual	76	
Taxas anuais de amortização (%)	20	

	2015	2014
20. Receita		
Receita de serviços	19.779	10.937
Receita de aluguel de equipamentos	9.761	10.640
Receita de venda de equipamentos	346	1.175
Deduções da receita	(3.686)	(2.594)
Receita líquida	26.200	20.158
21. Custo dos serviços prestados		
Custos de compressão	2.164	2.089
Custos de geração elétrica	920	755
Custos de cogeração	124	143
Custos de climatização	1.143	1.027
Custos de pessoal	5.061	3.800
Custo eficiência	302	670
Custo com cessão de crédito (a)	4.604	989
Outros custos	137	111
	14.455	9.584
22. Despesas por natureza		
Serviços de manutenção	49	56
Serviço de profissionais independentes e contratados	4.188	2.877
Gastos gerais de escritório	680	638
Viagens e estadas	129	25
Propaganda e publicidade	785	693
Perdas líquidas de recuperação de créditos	458	(50)
Constituição (reversões) de provisões para contingências	(5)	(4)
Seguros	75	56
Depreciação e amortização	5.520	5.715
Outras	(201)	(69)
	11.678	9.937
23. Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Juros e multas	830	385
	830	385
Despesas financeiras		
Juros	(2.223)	(2.201)
Comissões	(43)	(27)
IOF	(16)	-
Outras despesas financeiras	(24)	(83)
Atualizações monetárias passivas	-	(15)
	(2.306)	(2.326)
	(1.476)	(1.940)

	2015	2014
24. Seguros: É política da administração da Companhia a manutenção de apólices de seguro dos ramos de responsabilidade civil e risco operacional, sendo a cobertura dos bens destinados à compressão de gás natural contratada diretamente pelo posto de serviço. As coberturas contratadas em 31 de dezembro de 2015 são consideradas suficientes para cobrir eventuais prejuízos causados por sinistros ao patrimônio da sociedade. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:		
Ramos		Importâncias seguradas
Responsabilidade civil		50.038
Risco operacional		51.620
Risco civil - Administradores		4.000

	2015	2014
23. Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Juros e multas	830	385